

Les brutes en blanc, de Martin Winckler: a tradução como ato político pela humanização na saúde e como manifesto no combate à violência obstétrica no Brasil

Les brutes en blanc, by Martin Winckler: Translation as a Political Act for the Humanization of Healthcare and as a Protest Against Obstetrical Violence in Brazil

Kelley Baptista Duarte
Universidade Federal do Rio Grande
(FURG) | Rio Grande | RS | BR
kelleyduarte@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-2802-9361>

Resumo: O presente artigo visa abordar o percurso que nos levou à tradução do ensaio *Les brutes en blanc* (2016), do escritor e também médico clínico geral Martin Winckler, bem como discutir as escolhas que envolvem a gramática dessa tradução. A obra é um manifesto contra os maus-tratos médicos na assistência à saúde na França e um dos poucos ensaios críticos produzidos por um médico, especialista em saúde da mulher, que aborda deliberadamente a violência obstétrica. Nesse aspecto, a tradução do referido ensaio é fundamental no contexto brasileiro, na medida em que dialoga de perto com a necessidade de se reconhecer e denunciar a violência obstétrica nos espaços institucionais de saúde no Brasil. Partindo de uma interpretação ampla do conceito de “agents” na tradução (Milton; Bandia, 2009) e amparados pela liberdade de tradução (Saint-Martin, 2012), encontramos os principais caminhos teóricos para justificar nossas escolhas de tradução.

Palavras-chave: tradução; agente; manifesto; violência obstétrica.

Abstract: This article is intended to examine the way in which we came to translate the essay *Les brutes en blanc* (2016), by the writer and also doctor Martin Winckler, as well as to discuss the choices surrounding the grammar of this translation. The text is a protest against medical maltreatment in France and one of the few critical essays produced by a doctor, specializing in women's



health, that deliberately explores the subject of obstetric violence. In this sense, the translation of this essay is fundamental in the Brazilian context as it dialogues closely with the need to recognize and denounce the obstetric violence in institutional health spaces in Brazil. Beginning with a global interpretation of the concept of “agents” in translation (Milton; Bandine, 2009) and supported by the notion of freedom in translation (Saint-Martin, 2012), we found the principal theoretical ways to justify our translation choices.

Keywords: translation; agent; manifesto; obstetric violence.

1 Breve contextualização do tema

A justificativa do nosso artigo está pautada na interpretação do tradutor como um mediador cultural, atuando também como um dos agentes que desafiam o senso comum e influenciam socialmente os espaços de recepção, no âmbito individual ou coletivo, conforme discorrem os autores John Milton e Paul Bandia (2009) no artigo *Agents of translation*.

A edição de 2021 da revista “TTR – Traduction, terminologie, rédaction” traz ao leitor um volume dedicado às perspectivas contemporâneas da tradução como ato político. Partindo da leitura dos artigos que compõem especificamente esse número da revista, entendemos que a tradução no século XX foi marcada por sua intervenção nos regimes totalitários, sobretudo como ferramenta de denúncia do poder opressor e de resistência a ele. Nessa vertente, encontramos respaldo para defender a importância de se traduzir o ensaio *Les brutes en blanc* (2016), do escritor e médico clínico geral Martin Winckler (1955), que há anos dedica seu trabalho de escrita à reflexão crítica e à denúncia das instituições de saúde, seus protocolos e seu corpo clínico como estruturas mecanicistas e despreparadas para o acolhimento respeitoso e conduta humanizada de seus usuários.

De forma que se possa contextualizar as razões pelas quais esse ensaio foi escolhido para tradução, é preciso fazer uma breve retrospectiva dos fatos que marcaram nosso país nas eleições de 2018, ano marcado pelo início de um governo de extrema direita e que, no contexto da assistência à saúde, foi negacionista¹ e aniquilador dos direitos defendidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2017). É preciso pontuar, na composição dessa aniquilação, o despacho de 03/05/2019 do Ministério da Saúde coibindo e rechaçando o uso da expressão “violência obstétrica”. Na origem do despacho está o movimento dos Conselho Federal de Medicina (CFM) e Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM/DF), tendo esse último, em consulta ao CFM, submetido a questão sobre “a proliferação de leis sobre violência obstétrica”. Após consultado, o CFM emite um parecer (Parecer/32), firmando o entendimento de que a expressão violência obstétrica é uma “agressão contra a medicina”. Vejamos:

¹ Referimo-nos ao negacionismo no contexto da Pandemia de Covid-19 e suas consequências.

A expressão violência obstétrica é uma agressão contra a medicina e especialidade de ginecologia e obstetria, contrariando conhecimentos científicos consagrados, reduzindo a segurança e a eficiência de uma boa prática assistencial e ética (Parecer/32, 2018).

Partindo dessa estratégia discursiva, ou seja, de “interpretar” que a violência é contra o conhecimento científico, contra uma categoria profissional, observamos uma inversão dos papéis no cenário de um crime: a vitimização de quem pratica a violência e o silenciamento e culpabilização de quem a vivencia.

Quando a Secretaria de Atenção à Saúde – Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – publicou o despacho com o posicionamento oficial do Ministério da Saúde (MS), o argumento foi pautado na ausência de intencionalidade dos profissionais de saúde em prejudicar ou causar dano, portanto havia “impropriedade” e “conotação inadequada” do uso do termo violência obstétrica que, por sua vez, prejudicava “a busca do cuidado humanizado no continuum gestação-parto-puerpério”, com a recomendação final da “*abolição do seu uso com foco na ética e na produção de cuidados na saúde qualificada*”. (Despacho DAPES/SAS/MS, 2019, p. 2, grifo nosso). Apesar de o despacho ter sido deposto diante de uma forte mobilização nacional que uniu diferentes movimentos sociais, os argumentos utilizados no decreto respaldaram intervenções, realizadas ao longo daquela gestão governamental, dos Conselhos Regionais de Medicina que mapearam todas e quaisquer tentativas de registrar o termo “violência obstétrica”. Nessa atuação, houve perceptível diminuição no uso normativo e, conseqüentemente, um apagamento da expressão “violência obstétrica”, que passou a ser substituída, mediante imposição dos conselhos e sindicatos médicos, por “parto humanizado e seguro”.

No Brasil, o debate mais pugnaz sobre a violência na assistência ao parto acaba sendo deslocado para outras áreas do conhecimento. São raros os profissionais da medicina que se colocam à frente desse combate e, por essa razão, há uma carência importante de fonte bibliográfica e de referência que contenha estatísticas e estudos médicos sobre erros de conduta ou de condutas desatualizadas.² Quando encontramos algum referencial específico sobre violência obstétrica, realizado na área da saúde, ele se restringe à pesquisa em enfermagem. No entanto, o material que resulta dessa pesquisa dificilmente (ou quase nunca) é incorporado na bibliografia dos planos de ensino das faculdades de medicina.

A França, no entanto, está na vanguarda da discussão desse e de outros temas polêmicos relacionados aos corpos femininos. Nos anos setenta, destacam-se os trabalhos conduzidos por dois médicos obstetras que revolucionaram o pensamento com publicações progressistas: Frédéric Leboyer (1918-2017) com seu livro *Pour une naissance sans violence* [Por um nascimento sem violência]³ (1974) e Michel Odent (1930-) com a publicação de *Bien naître* [Nascer bem] (1976). Ambos partiram de suas experiências clínicas para escrever sobre o nascimento e defender uma antropologia do parto, primando pelo nascimento assistido em domicílio ou pelo parto realizado na água.

Importante destacar, nesse breve percurso que justifica nosso trabalho em tradução, que F. Leboyer é precursor também na denúncia de uma violência no parto. Sua obra inaugural

² O Brasil conta, desde 1993, com a ReHuna – Rede pela Humanização do Parto e Nascimento, uma organização da sociedade civil que atua em forma de rede de associadas e associados em todo o Brasil. Em fevereiro de 2024 a ReHuna realizou a “V Conferência Internacional sobre humanização do parto e nascimento”, contando, em sua programação, com conferencistas obstetras.

³ Tradução livre.

é considerada “um grito de raiva que denuncia a maneira como os bebês recém-nascidos são tratados nas sociedades ocidentais”, conforme apresenta a redatora Anne Bideault no artigo “Frédéric Leboyer, le révolté de la naissance” [Frédéric Leboyer, o revoltado com o nascimento]⁴ que resultou de uma entrevista realizada com F. Leboyer pouco antes de sua morte, em 2017.

Observamos que o título original do primeiro livro de F. Leboyer traz a palavra “violência” associada ao nascimento – que, naquela época, já havia se tornado medicamentoso e intervencionista. No entanto, a tradução da obra para o Brasil, publicada em 1992 pela Editora Brasiliense, apresentou como título a expressão *Nascer sorrindo*, acompanhada da imagem de um bebê que expressa um sorriso. A escolha do tradutor em apresentar tal título pode ser entendida a partir do que nos explica Eni P. Orlandi (2007): “a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis [...] o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis: contradição inscrita nas próprias palavras” (Orlandi, 2007, p. 73-74). Portanto, as escolhas do tradutor de F. Leboyer contribuíram para o silenciamento dos dezoito anos (entre a publicação original e a tradução brasileira) que marcam a militância do obstetra francês no combate às práticas tecnocratas do parto institucionalizado. Esse silenciamento (ou apagamento) certamente retardou o combate no Brasil – que ainda está no ranking dos países que mais realizam cesarianas eletivas.⁵

Seguindo o caminho desses médicos escritores, nos confrontamos com o trabalho denunciador do escritor e médico M. Winckler, acusado por colegas da medicina de ser um “traidor da profissão”, com sua atitude “antifraternal”. É com a exposição desses ataques que o autor inicia seu ensaio crítico *Les brutes en blanc*. Assim como F. Leboyer, M. Winckler foi forçado a abandonar a prática clínica, voltada à saúde da mulher, e, como escritor feminista, passou a se dedicar à escrita e ao estudo crítico das práticas de assistência à saúde, principalmente à saúde da mulher.

2 Por uma gramática da denúncia: liberdade e escolhas necessárias para a promoção do debate e da luta

A tradução, na perspectiva dicionarizada que a define na linha da equivalência enunciativa, privilegia a técnica e a semelhança. Por muito tempo os tradutores assumiram essa postura, em busca de uma “fidelidade” ancorada na igualdade, distanciando-se, nesse caminho, das equivalências de sentido. Já no contexto da evolução dos saberes em tradutologia e em vertentes interdisciplinares das técnicas de tradução, a exemplo do estudo de Jean Delisle e Danica Seleskovitch (1984), a tradução passou a ser compreendida como ressignificação de uma intenção manifestada em um texto que, por sua vez, possui uma função comunicativa específica. Seguindo esse caminho interpretativo, a tradução do ensaio de M. Winckler levou em consideração elementos fundamentais: o contexto de produção da obra e sua marca de sucessão, ou seja, de continuidade da luta pela assistência humanizada comandada por seus antecessores F. Leboyer e M. Odent; o contexto de recepção marcado por um cenário

⁴ Tradução livre.

⁵ Confira o artigo “Brasil é o segundo país com maior taxa de cesáreas do mundo” publicado pela Folha de São Paulo em 10/2018.

hostil de retrocesso da luta e apagamento da violência obstétrica como uma das formas de violência contra a mulher.

Foi na mediação desses dois contextos que partimos para a primeira decisão que o texto nos impôs: a tradução do título que, como se sabe, é o paratexto essencial para estabelecer a primeira comunicação com o leitor-receptor. Em uma primeira análise, superficial, entendemos que o título é bem transparente em seu referencial em língua portuguesa. *Les brutes en blanc* poderia ser facilmente traduzido para *Os brutos de branco*. Entretanto, em uma análise semântica mais detalhada, foi preciso entender que o título original revela um jogo estilístico, um trocadilho com a expressão idiomática “de but en blanc” que, de acordo com o dicionário virtual de expressões francesas, *Expressio.fr*, tem origem no contexto militar e pode ser interpretada/traduzida pelos advérbios “carrément; brusquement; directement; crûment”, bem como por outras expressões francesas que designam a imprevisibilidade que impacta, a franqueza, ou ainda a destreza em atingir um objetivo. Na equivalência idiomática em língua portuguesa, encontramos a expressão “um tiro certo”. Partindo dessa compreensão, foi necessário analisar a expressão no contexto da obra. A abertura da obra, cujo título do primeiro capítulo é “Advertência”, nos ajuda a compreender as intenções do autor:

Esclareço, portanto, que nunca é como “colega” que expesso as minhas críticas, mas como um pai, cônjuge, amigo, filho, irmão dos pacientes e o próprio paciente, ou seja, como um cidadão.

Minha legitimidade para culpá-los não é questionável. (Se alguns se consideram inatacáveis porque são médicos, eles estão equivocados.)

Outra crítica que recebo frequentemente, é a de ter “traído a profissão” por minha atitude “antifraternal”. Parece-me, portanto, indispensável lembrar, sem equívocos, quais valores eu defendo [...] Minha primeira lealdade é sempre com os pacientes, porque é isso que dita minhas obrigações profissionais. A “traição”, ao meu ver, seria colocá-los em segundo plano.

Se a confraternidade consiste em oferecer uma ajuda profissional ou um apoio moral, não há nada mais respeitoso do que isso. Mas se ela consiste em defender os interesses dos médicos contra os interesses dos pacientes, trata-se de uma atitude indigna e indefensável.

Estando esse assunto esclarecido, passemos, então, ao essencial (Winckler, 2016, p. 10).⁶

A mensagem de “Advertência” é lançada diretamente ao leitor, de maneira brusca e sem rodeios, ou seja, um alerta para o conteúdo crítico e denunciativo. O “tiro certo” – da

⁶ Para todas as citações referentes à obra de M. Winckler, estudada neste artigo, referenciaremos a tradução no corpo do texto e o texto original em rodapé pelo fato de a tradução ainda estar em processo de editoração. No original, lemos: “Je préciserai donc que ce n'est jamais en ‘confrère’ que j'énonce mes reproches, mais en parent, conjoint, ami, fils, frère de patients et patient lui-même – c'est-à-dire en citoyen. Ma légitimité à les blâmer n'est donc pas discutable. (Si certains se considèrent comme inattaquables parce qu'ils sont médecins, ils se fourrent le doigt dans l'œil.) L'autre reproche que l'on m'a souvent adressé était de ‘trahir la profession’ par mon attitude ‘anticonfraternelle’. Il me semble donc indispensable de rappeler sans ambiguïté quelles valeurs je défends [...] Ma loyauté première va toujours aux patients, car c'est ce que dictent mes obligations professionnelles. La “trahison”, à mon sens, consisterait à les faire passer en second. Si la confraternité consiste à apporter une aide professionnelle ou un soutien moral, rien n'est plus respectable. Si elle consiste à défendre les intérêts des médecins contre ceux des patients, c'est une attitude crapuleuse et indéfendable. Ce point étant éclairci, passons à l'essentiel”.

expressão idiomática, no trocadilho com o título – é direcionado ao profissional da saúde que é representado pela cor branca de sua principal vestimenta de trabalho. A ele, atribui-se o adjetivo bruto, nada admirável para quem exerce a profissão, mas necessário para chamar sobretudo a atenção de outro leitor – aquele que não pertence à área médica e que, como cidadão e usuário do sistema de saúde, se vê, muitas vezes, desamparado social e juridicamente para formalizar uma queixa ou denúncia. Para não haver dúvidas sobre quem está na “mira dos ataques”, o autor acrescenta um subtítulo “La maltraitance médicale en France” que nós traduzimos por “os maus-tratos médicos na França”.

Erwin Theodor (1983) fala sobre uma decodificação apropriada das informações contidas no original⁷ como sendo o primeiro passo do tradutor antes de partir em busca de uma conversão na língua para a qual se traduz. Portanto, e voltando ao título e às ponderações de sua referencialidade, foi necessário considerar os elementos estilísticos do trocadilho para que a franqueza e precisão da denúncia paratextual se destacasse na tradução em português. Nesse sentido, tomados da liberdade que nos cabe, na tradução, em escolher a melhor maneira de preservar as estratégias do autor e, por conseguinte, chocar e chamar a atenção do público brasileiro, traduzimos o título acrescentando uma palavra que julgamos necessária: *Os brutos de jaleco branco*.⁸ A introdução dessa palavra possibilita a restrição de sentido no que se refere a quem usa a cor branca como cor predominante de suas práticas laborais.

Considerado uma vestimenta de trabalho indispensável na rotina específica de profissionais da saúde, o jaleco tem a função primeira de proteger o trabalhador contra agentes biológicos e químicos. A pandemia da COVID-19 reabriu a discussão no âmbito da legislação para que ele se torne um EPI, dentro das normas que regulamentam esses equipamentos.⁹ No entanto, sabemos que o jaleco branco exerce, no imaginário coletivo, uma relação de poder e de autoridade diante do cidadão comum e daqueles vinculados às demais áreas do saber. E como destituir ou mesmo questionar esse poder? M. Winckler abre uma brecha na discussão e nesse questionamento a partir da apresentação inicial de que os “brutos” também estão por trás do jaleco branco, ou seja, na medicina – categoria profissional que acaba sendo divergente entre o juramento em defesa da vida e as práticas essencialmente técnicas que ferem a dignidade humana. O corpo que gesta, em seu estado vulnerável e passivo, passa a ser visto como o corpo-feminino-objeto e a gravidez erroneamente interpretada como estado patológico, passível de intervenção.

Antes de nos aprofundarmos nas especificidades do atendimento gestacional, audaciosamente abordado no ensaio de M. Winckler, é preciso entender seu percurso. O escritor dedica a segunda seção de sua obra, intitulada “Preâmbulo”, à apresentação biográfica pessoal, antecipando, na epígrafe, por que e para quem ele escreve: “Para aquelas e aqueles que não têm voz”¹⁰ (p. 11). Chamamos a atenção, nessa epígrafe, ao detalhe que marca, e coloca em primeiro lugar de atenção, o gênero feminino (em “aquelas”), o que corrobora sua postura feminista e sua atuação dedicada à saúde da mulher.

⁷ Cf. p. 21.

⁸ Grifo nosso.

⁹ Sobre esse assunto, conferir os debates em torno da Norma Regulamentadora No. 6 (NR-6) do Ministério do Trabalho e Emprego.

¹⁰ “À celles et ceux qui n'ont pas la parole”.

No seguimento de seu preâmbulo, M. Winckler conduz o leitor à compreensão de que ele ocupa um lugar de fala que lhe permite desafiar o *status quo* social e profissional. Ou seja,

Eu sempre pensei que *cuidar* fosse fazer o bem, que nos tornamos médicos para *cuidar*,¹¹ e que, por essa razão, um médico tem um papel importante a desempenhar na comunidade.

Ingenuidade minha, mas eu tive bons motivos para acreditar nisso: o primeiro médico que conheci, meu pai, era um homem bom e um bom médico. [...]

Em 1983, com meu diploma em mãos, criei um consultório de clínica geral rural na comuna de Joué-l'Abbé, na região de Sarthe, na França. Após alguns meses, comecei também a trabalhar como médico temporário no centro hospitalar da cidade Le Mans, onde eu concluí minha formação clínica. Realizei interrupções de gravidez no centro IVG (Interrupção voluntária da gravidez) até o final dos anos noventa e realizei consultas no centro de planejamento familiar até dezembro de 2008 (Winckler, p. 11, 12).¹²

Em defesa dos princípios que julga serem essenciais na área médica, M. Winckler faz uma distinção importante entre alguns verbos. São eles: “soigner”, “traiter” e “guérir”. Importante observar que o primeiro verbo pode assumir uma sinonímia com os demais, visto que a definição dicionarizada de “soigner”, associada às práticas de assistência à saúde, diz respeito à cura e ao tratamento.¹³ Portanto, nesse contexto do ensaio, entendemos que “soigner” foi introduzido intencionalmente e não poderia ser traduzido de tal maneira, mas sim de forma descontextualizada da conduta padronizada, intervencionista e medicamentosa – tão refutada pelo autor. Com a introdução desse verbo, M. Winckler nos faz refletir sobre sua outra variante semântica, relacionada às ações de cuidar e amparar. O jogo de sentido entre esses verbos e a tradução de “soigner” por “cuidar” resume a essência do engajamento literário de M. Winckler: discutir e defender a empatia, o acolhimento humanizado e respeitoso no atendimento ao paciente. Nesse sentido, no pensamento do escritor, há uma distinção entre ser um médico “Doutor” e ser um médico “cuidador”:

O Doutor “sabe”, e o seu saber é superior a todo o resto.

O cuidador procura acima de tudo aliviar o sofrimento.

O Doutor espera que os doentes e os sintomas se ajustem às tabelas descritivas que lhe foram incutidas pela faculdade.

O cuidador dá o melhor de si (questionando suas escassas certezas) para compreender minimamente o que se passa com as pessoas.

O Doutor prescreve.

¹¹ As palavras, grifadas por nós, serão referência no debate do parágrafo seguinte.

¹² “J’ai toujours pensé que soigner, c’est faire du bien ; que l’on devient médecin pour soigner ; et que, pour cette raison, un médecin a un rôle important à tenir dans la cité. C’était naïf, mais j’avais de bonnes raisons d’y croire : le premier médecin que j’ai rencontré, mon père, était un homme bon, et un bon médecin. [...] En 1983, mon diplôme en poche, je crée un cabinet de médecine générale rural à Joué-l’Abbé, dans la Sarthe. Au bout de quelques mois, je me mets aussi à travailler comme médecin vacataire à l’hôpital du Mans, où j’ai achevé ma formation clinique. Je pratiquerai des interruptions de grossesse au centre d’IVG jusqu’à la fin des années quatre-vingt-dix et j’assurerai des consultations au centre de planification jusqu’en décembre 2008”.

¹³ Conferir a definição e os sinônimos associados a esse verbo no dicionário virtual da língua francesa Larousse: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/synonymes/soigner/19359>.

O cuidador *reconforta*.¹⁴

O Doutor cultiva *a autoridade* e o poder.

O cuidador *restaura o vigor* (Winckler, p. 16, 17).¹⁵

É notório, para o leitor em língua portuguesa, que a palavra “cuidador” faz referência imediata ao que se considera uma subcategoria profissional. Isso porque, no Brasil, o termo “cuidador” pode ser atribuído a qualquer pessoa que se disponha a acompanhar, cuidar e velar um enfermo, sem necessariamente possuir qualificação específica na área da saúde.¹⁶ Vejamos que o autor faz a distinção entre duas posturas médicas também na grafia das palavras, colocando o destaque da letra maiúscula para reforçar no Doutor o caráter de superioridade e autoridade em oposição a uma postura que ele considera, da parte do cuidador, grafado em letra minúscula, mais humilde. Nesse contexto, três palavras nos desafiaram na tradução: “panse”/panser, “le verbe” e “dérueille”/dérueillir. Em sua etimologia, o verbo “panser” está relacionado ao substantivo “pansement” [curativo]. Esse foi um dos primeiros impasses para se discutir, pois o substantivo no português poderia remeter diretamente ao sentido contido em seu prefixo “cura-”. Entretanto, sabemos que um curativo não comporta em si a capacidade de curar, mas sim de aliviar ou de proteger uma ferida (que dói). Foi assim que chegamos a um equivalente mais adequado, optando pela tradução “reconfortar” que carrega os dois sentidos, o de proteção e de alívio. A segunda palavra também foi condicionada a uma escolha que envolveu a interpretação contextual juntamente da definição literal. O substantivo “le verbe” também pode ser traduzido por “a palavra”. No contexto no qual esse substantivo está inserido, e associado ao verbo “pouvoir” [poder] seria uma tradução plausível. Assim, se optássemos por esse referente na língua portuguesa, teríamos como resultado “O Doutor cultiva a palavra e o poder”, levando o leitor a interpretar que o Doutor é dotado de “sabedoria” e, portanto, tem poder para cultivar o que sabe. Contudo, “sabedoria” e “poder” parecem destoar dos pressupostos do autor, uma vez que existe uma crítica relacionada ao “Doutor” em sua postura arrogante. O conhecimento, aqui, não está sendo questionado, mas sim o “poder” associado à “autoridade” de determinar ações (verbo) e impõe condutas. Isso pautou nossa escolha. Menos capcioso, mas não tão fácil, foi a decisão em torno do verbo “dérueillir” que assume, em francês, diferentes sentidos, podendo ser transitivo ou intransitivo na frase, ou ser ainda um verbo pronominal. Em língua portuguesa temos um equivalente literal, “desenferrujar” que preserva um dos muitos sentidos figurados da língua francesa, ou seja, devolver o movimento; despertar; reanimar. A escolha de tradução privilegiou uma das definições figuradas em língua francesa que, mais abrangente e adequada ao nosso contexto, refere-se “à retomada das funções normais das faculdades física e mental”.¹⁷ A decisão de traduzir “dérueillir” por “restaurar o vigor” considerou a capacidade do próprio enfermo

¹⁴ As palavras, grifadas por nós, serão referência no debate do parágrafo seguinte.

¹⁵ “Le Docteur ‘sait’, et son savoir prévaut sur tout le reste. Le soignant cherche avant tout à apaiser les souffrances. Le Docteur attend des patients et des symptômes qu’ils se conforment aux grilles d’analyse que la faculté lui a inculquées ; Le soignant fait de son mieux (en questionnant ses maigres certitudes) pour comprendre un tant soit peu ce qui arrive aux gens. Le Docteur prescrit. Le soignant panse. Le Docteur cultive le verbe et le pouvoir. Le soignant dérueille”.

¹⁶ Falamos especificamente no contexto do Rio Grande do Sul, estado onde se denomina “cuidador(a)” a pessoa contratada e remunerada (informalmente) para acompanhar e cuidar de enfermos internados em hospitais.

¹⁷ Conferir nos dicionários digitais Wiktionary.org e Dicocitations.com.

de encontrar forças para o enfrentamento de sua enfermidade através do cuidado a ele dedicado, uma vez que essa compreensão dialoga com as asserções do autor no ensaio.

Essa postura “cuidadora” é reivindicada também na atenção à saúde da mulher. É no contexto da ginecologia e obstetrícia que encontramos o aporte necessário para discorrer sobre outra escolha de tradução relacionada à palavra-chave da denúncia de M. Winckler e que aparece, inicialmente, no subtítulo da obra: “la maltraitance” traduzida para o plural “os maus-tratos”. Para ele, os maus-tratos recaem diretamente na mulher, pois elas são “as primeiras vítimas” por serem “as principais usuárias do sistema de saúde”¹⁸.

Conforme dito, na citação que apresenta o percurso de M. Winckler, foram anos dedicados aos cuidados reprodutivos de atenção básica feminina. E ao discorrer sobre essa experiência, o autor recorda situações de humilhação, assédio moral, negligência, preconceito, crueldade e violências física, verbal, moral e psicológica que presenciou, que leu em sua rede de contatos ou que ouviu como relato, em tom de desabafo, das mulheres que o procuravam no consultório. Em seu ensaio, essas palavras aparecem com intensidade na reprodução do discurso das vítimas. Neste trabalho ensaístico, M. Winckler mapeia os maus-tratos em diferentes especialidades da medicina, mas deixa claro que, ao contrário do que se possa pensar, na assistência ginecológica e obstétrica nada muda, pois o problema está na formação inicial que é comum a todos: “Os maus-tratos não são específicos de uma especialidade, eles pertencem a toda formação, endêmicos em todos os campos de atuação, pois são a expressão de uma forma difusa de pensar” (Winckler, p. 66).¹⁹

A violência ginecológica e obstétrica, no ensaio de M. Winckler, surge no sexto capítulo “Útero altamente monitorado” no qual o autor discorre sobre infertilidade, reprodução assistida, contracepção, exames ginecológicos, gravidez e parto, transcrevendo relatos de experiência, própria e alheia (das vítimas), na relação com os infortúnios nos atendimentos prestados por profissionais em unidades de saúde.

A primeira informação-denúncia está relacionada ao exame de ecografia transvaginal que, banalizado e geralmente desnecessário – podendo ser substituído pelo ultrassom –, é realizado em grande parte sem o consentimento da mulher e imposto como algo obrigatório. Por isso, ele alerta:

[...] impor a sonda intravaginal sem pedir o consentimento da paciente é, por si só, um erro de conduta profissional e *um crime*. De acordo com o artigo 283 do Código Penal da França, “qualquer penetração sexual sem consentimento é um estupro”. E isso se aplica independentemente da natureza da penetração, incluindo exames médicos. Mas isso não parece preocupar a grande maioria dos profissionais que manuseiam um ecógrafo no contexto ginecológico. Acredito que a informação é importante e que as mulheres devam levá-la em consideração (Winckler, p. 188, grifo nosso).²⁰

¹⁸ Cf. Winckler, p. 66.

¹⁹ “La maltraitance n’est pas spécifique d’une spécialité, elle est propre à toute la formation et endémique dans tous ses champs d’activité, car elle est l’expression d’un mode de pensée diffus”.

²⁰ “[...] imposer la sonde intravaginale sans demander le consentement de la patiente est, en soi, une faute professionnelle et un délit. En effet, pour l’article 283 du Code pénal, ‘toute pénétration sexuelle sans consentement est un viol’. Et cela, quelle que soit la nature de la pénétration, examens médicaux inclus. Mais ça ne semble pas préoccuper l’immense majorité des praticiens maniant un échographe en contexte gynécologique. Je pense pourtant que l’information est importante, et que les femmes devraient la prendre en compte”.

Crime e violência, palavras que consideramos necessárias na tradução para comunicar e reforçar a denúncia e o manifesto através do texto de M. Winckler. A tradução, nesses dois casos, não é realizada a partir de uma escolha literal, mas semântica. Cabe ressaltar que na jurisprudência, delito e crime são atos de conduta imputável e, portanto, podem ser interpretados como sinônimos. No contexto brasileiro, a eloquência necessária da tradução é a de comunicar o crime e a violência, visto que estamos em uma instância social de muito silenciamento. Sendo assim, justificamos a tradução de “délit” por “crime”, e não “delito”, sem alterar o campo semântico na tradução, mas impactando a leitura de recepção e dando maior atenção para a compreensão dos atos cometidos. O mesmo ocorre com a tradução do adjetivo “maltraitant” que é recorrente no texto para a caracterização do perfil de médico, alvo da denúncia:

Não é de se surpreender, portanto, que os médicos sejam insensíveis, arrogantes, insultuosos, brutais, desprezíveis ou de fato *violentos*: eles se comportam da maneira como foram ensinados a se comportar (ou porque não foram ensinados a se comportar de outra maneira). E acham isso completamente normal, porque sua aspiração é pertencer a uma casta, não servir ao público! (Winckler, p. 236).²¹

Para manter a mesma proposta denunciativa e despertar, no(a) leitor(a), o estarrecimento, a revolta e o despertar para o enfrentamento do crime e da violência na assistência à saúde, decidimos traduzir “maltraitant(s)” por “violento(s)”. Em língua portuguesa, não há uma derivação do substantivo “La maltraitance” [os maus-tratos] para o adjetivo “maltraitant” – cujo equivalente mais próximo se encontra nas palavras agressivo, violento.

Outro suporte argumentativo para a escolha das palavras “crime” e “violência” está na invisibilidade, no Brasil, da violência obstétrica na categoria de violência contra a mulher ou, como aponta M. Winckler, de crime sexual. Desde 2014, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a violência obstétrica, mas não a denomina como tal. O parecer publicado em sua página oficial é intitulado “Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde” e aponta para uma “violação dos direitos humanos fundamentais”, mas é diplomática na gramática que define a expressão, sem evidenciar as palavras “crime” e “violência”:

No mundo inteiro, muitas mulheres experimentam abusos, desrespeito, maus-tratos e negligência durante a assistência ao parto nas instituições de saúde. Isso representa uma violação da confiança entre as mulheres e suas equipes de saúde e pode ser também um poderoso desestímulo para as mulheres procurarem e usarem os serviços de assistência obstétrica (OMS, 2014, p. 1).

M. Winckler faz menção a esse documento, sem deixar de pontuar que a OMS se refere a países em desenvolvimento ou de lugares onde a população não dispõe dos mesmos direitos e da mesma liberdade existentes nos países ditos “desenvolvidos”, ou seja, sem reconhecer que países como a França, apesar da forte propaganda das boas taxas de natalidade, estão na lista dos que praticam violência obstétrica. Por essa razão, ele apresenta a

²¹ “Qu'on ne s'étonne donc pas de rencontrer des médecins insensibles, hautains, insultants, brutaux, méprisants ou franchement maltraitants : ils se comportent comme on leur a appris à le faire (ou parce qu'on ne leur a pas appris à se comporter autrement). Et ils trouvent ça tout à fait normal, car ils ont pour aspiration de faire partie d'une caste, non de servir le public !”

definição da jurista feminista belga, Marie-Hélène Lahaye, que também fala a partir de seu contexto de “país desenvolvido”:

Qualquer comportamento, ato, omissão ou abstenção cometido pela equipe de saúde que não seja clinicamente justificado e/ou que seja realizado sem esclarecimento e sem o livre consentimento da mulher grávida ou parturiente (Lahaye, *apud* Winckler, 2016, p. 194).²²

Partindo dessa definição, ele discorre sobre: 1) “comportamento; ato, omissão ou abstenção”, incluindo nessa compreensão um elemento importante que é o de infantilizar a parturiente e, por consequência, ignorar suas queixas; 2) a “equipe de saúde” estendendo a prática da violência para além do obstetra, ou seja, enfermeiros, pediatras, anestesistas, auxiliares de enfermagem etc; 3) “que não seja clinicamente justificado”, ou melhor, que não se ampare no conceito de EBM – *Evidence-based medicine*, ou ainda, que não tenha evidência científica comprovada. E para o 4) o livre consentimento da mulher grávida ou parturiente, M. Winckler volta ao debate da violência sexual pontuando uma das leis, implementada em 2002, que trata da responsabilidade médica no direito civil da França: “o livre consentimento da mulher grávida ou parturiente: tais palavras se referem à lei Kouchner. Qualquer ação contra o corpo sem o consentimento da pessoa é violência. Quando isso é feito no órgão sexual, trata-se de uma agressão sexual ou estupro” (p. 195).²³

A liberdade de escolhas na tradução considera fatores essenciais para que se tenha, no resultado final, mais ganhos do que perdas. A pesquisadora Karla Le Féal (1991/2002) explora, em seu artigo sobre “Liberdade em tradução” as possibilidades de se extrair do texto original o “querer dizer” do autor e assim ressignificar esse “querer dizer” na língua alvo. Decerto, é necessária uma análise profunda do texto, como bem lembra K. Le Féal no artigo, mas a atenção para justificar a liberdade é centrada na etapa de ressignificação, de modo que na reescrita para a língua de chegada, não se oculte o evidente e se revele o implícito.

A escritora, crítica canadense e autotradutora Lori Saint-Martin (2012) discorre, em defesa do tradutor, sobre a liberdade na tradução e lança um convite ao leitor interessado nessa prática:

Em outras palavras, convido você a tentar entender a totalidade das restrições, liberdades e tensões; a totalidade dos pensamentos e decisões que levaram à pequena frase e cuja tradução você questiona sacudindo a cabeça. Convido a tentar entender as estratégias criativas da tradutora, em vez de ficar procurando incansavelmente seus erros (Saint-Martin, 2012, p. 139).²⁴

²² “Tout comportement, acte, omission ou abstention commis par le personnel de santé qui n'est pas justifié médicalement et/ou qui est effectué sans le consentement libre et éclairé de la femme enceinte ou de la parturiente”.

²³ “‘Le consentement libre et éclairé de la parturiente’ : ces mots renvoient à la Loi Kouchner. Toute atteinte au corps sans le consentement de la personne est une violence. Quand cette atteinte est faite au sexe, il s'agit même d'une agression sexuelle, voire d'un viol”.

²⁴ Tradução livre do original: “Je vous invite, autrement dit, à tenter d'appréhender l'ensemble des contraintes, des libertés et des pressions, l'ensemble des réflexions et des décisions qui ont conduit à la petite phrase sur laquelle vous vous penchez en secouant la tête. À essayer de comprendre les stratégies créatives de la traductrice au lieu de traquer inlassablement ses erreurs”.

A liberdade em tradução não é um privilégio restrito aos autotradutores ou aos escritores ilustres no ambiente literário e acadêmico – figuras blindadas das críticas depreciativas. L. Saint-Martin, em seu ensaio, acrescenta:

É preciso dizer e repetir: nem toda mudança é uma traição, nem toda reformulação é um crime; às vezes é preciso mudar o texto para que ele continue o mesmo. [...] A última observação, no melhor estilo borgesiano, me enche de satisfação: a tradução é um novo original no espírito do primeiro (Saint-Martin, p. 143, 144).²⁵

O amparo na decisão final de traduzir cada palavra destacada ao longo deste artigo ocorreu por diferentes caminhos: o primeiro, pelo viés teórico já referenciado nos parágrafos precedentes; o segundo, tão importante quanto o primeiro, pela investigação biográfica em torno do percurso profissional, literário e acadêmico do autor, o que implicou ler seus livros de ficção, acompanhar o blog que ele ainda mantém ativo e acompanhá-lo nas redes sociais. O terceiro foi associar esses dois primeiros caminhos argumentativos à nossa trajetória acadêmica, que tem sido dedicada, no âmbito dos projetos universitários de extensão, pesquisa, ensino, ao enfrentamento das violências contra a mulher. Após um longo período dedicado ao corpo-a-corpo das ações comunitárias e ao estudo crítico das obras de ficção, encontramos, na atividade de tradução, mais uma arma de luta.

3 Considerações

No entendimento de que na tradução também reside o diálogo da alteridade, a experiência com *Os brutos de jaleco branco* foi de muita liberdade de expressão. No plano geral desse texto traduzido, foi possível reforçar demandas sociais, reivindicações políticas e denúncias. Através da tradução desse ensaio-relato plural e polifônico, foi possível dar voz às vítimas, legitimar suas narrativas e evidenciar, na perspectiva do olhar de um médico, o crime e a violência estruturados nas instituições e na formação profissional daqueles que se comprometem com a defesa da vida quando, no juramento de Hipócrates, proferido na solenidade da diplomação, repetem: “A saúde do meu doente será a minha primeira preocupação”.

Da mesma forma, entendemos que as escolhas de tradução nos permitiram reforçar uma gramática denunciadora – essencial no combate à violação de direitos e à dignidade humana. A necessidade de impactar com o vocabulário escolhido consiste em criar fendas na estrutura de silenciamento de uma violência histórica e simbólica, como é a violência obstétrica. A normalização dos abusos, maus-tratos, negligências e violência física, verbal, sexual, moral e psicológica contra gestantes e parturientes está sendo maquiada pelas bandeiras do “Parto Humanizado”, “Parto respeitoso”, “Boas práticas em assistência à gestante” etc., uma vez que poucos médicos as defendem e tais nomenclaturas não correspondem à real formação acadêmica de muitas faculdades de medicina. No Brasil, os currículos acadêmicos são

²⁵ Tradução livre do original: “Il faut le dire et le répéter: tout changement n'est pas une trahison, tout remaniement n'est pas un crime; parfois, il faut changer le texte pour qu'il reste le même. [...] la dernière remarque, dans le meilleur style borgésien, me comble: la traduction est un nouvel original dans l'esprit du premier”.

pautados em normas técnicas e há pouco ensejo para aprofundar o conceito antropológico de humanização e aplicá-lo na prática clínica.

Além da denúncia, o texto de M. Winckler exerce uma função de despertar para a consciência de uma violação. É preciso considerar que a invisibilidade da violência obstétrica e ginecológica no Brasil é reforçada pela dificuldade de muitas mulheres se reconhecerem como vítimas. A exemplo da violência obstétrica, sua naturalização também é reforçada quando a mulher – aquela que consegue sair do hospital com seu(s) bebê(s) vivo(s), nos braços – é colocada em uma condição de priorizar os cuidados de seu(s) recém-nascido(s) e consequentemente de esquecer o que experienciou. Dessarte, é preciso incentivar a circulação de referenciais bibliográficos sobre o tema; traduzir mais para politizar o debate. *Os brutos de jaleco branco*, de M. Winckler, será publicado em *e-book*, com previsão para final de 2024, e estará disponibilizado em plataforma digital, de forma gratuita.

A luta contra a violência obstétrica é árdua e a batalha continua.

Referências

ALBIR, Amparo Hurtado. *La notion de fidélité en traduction*. Paris: Didier Érudition, 1990.

BIANCHI, Diana; LEECH, Patrick et PISELLI, Francesca. La traduction comme acte politique : perspectives contemporaines (XXe-début XXIe siècle). *Revue TTR—Traduction, terminologie, rédaction*, v. 34, n. 2, 2. semestre 2021. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/ttr/2021-v34-n2-ttr06786/>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BIDEAULT, Anne. Frédéric Leboyer, le révolté de la naissance. *L'enfant et la vie*. Magazine trimestral, 6 Jan 2017, ed. 183. Disponível em: <https://lenfantetlavie.fr/frederick-leboyer-le-revolte-de-la-naissance/>. Acesso em: 4 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Despacho*, 3 maio 2019. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.sogirgs.org.br/pdfs/SEIMS-9087621-Despacho.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.

DELISLE, Jean; SELESKOVITCH, Danica. *L'analyse du discours comme méthode de traduction* : initiation à la traduction française de textes pragmatiques anglais théorie et pratique. Ottawa : Éditions de l'Université d'Ottawa, 1984.

EXPRESSIO.FR. *Les expressions françaises décortiquées* : explication sur l'origine, signification, exemples, traductions. Disponível em: <https://www.expressio.fr>. Acesso em: 29 jan. 2024.

LAROUSSE. Langue Française. Dictionnaire de synonymes. Disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/synonymes/soigner/19359>. Acesso em: 20 fev. 2024.

LE FÉAL, Karla Déjean. La liberté en traduction. *Revue Meta*, v. 36, n. 2-3, juin 1991, p. 327-533. Diffusion numérique : 30 septembre 2002. DOI: <https://doi.org/10.7202/003449ar>.

MILTON, John; BANDIA, Paul (Ed.). *Agents of Translation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2009. 329 p.

OMS – Organização Mundial de Saúde. Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde. Disponível em: https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/134588/WHO_RHR_14.23_por.pdf?ua=1. Acesso em: 23 jan. 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

PEIXOTO, Claudia Carneiro; DUARTE, Kelley Baptista; SCHNECK, Sondre Alberto. Corpos que gestam, maternidade, assistência à saúde e violência: narrativas literárias, ética e bioética nos cuidados em saúde; movimentos sociais e relatos de experiência. In: SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz *et al.* (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: memórias, lutas e insurgência nas educações*. E-book. Editora Realize. ISBN: 978-65-86901-98-6. p. 351-370. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/e-book-viii-seminario-corpo-genero-e-sexualidade->. Acesso em: 23 jan. 2024.

SAINT-MARTIN, Lori. *Un bien nécessaire*. Montréal: Les Éditions du Boréal, 2012.

THEODOR, Erwin. *Tradução: ofício e arte*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1983.

WINCKLER, Martin. *Les brutes en blanc: la maltraitance médicale en France*. Paris: Flammarion, 2016.